

Dívida interna diminui R\$ 4,1 bilhões

■ Redução é alcançada em apenas 10 dias da vigência do real e BC fica à margem do mercado de câmbio

CLAUDIA DE SOUZA

SÃO PAULO — O governo anunciou ontem duas boas notícias nas frentes monetária e fiscal. Nos primeiros dez dias de vigência do real, entre 1º e 10 de julho, o estoque de dívida interna se reduziu em R\$ 4,1 bilhões, segundo afirmou ontem em São Paulo o diretor de Política Monetária do Banco Central, Alkimar Moura. Ele também se referiu a uma situação favorável no caixa do Tesouro, com ausência de pressão negativa até 10 de julho.

Como a política cambial, nestes primeiros 10 dias do plano, também não exerceu pressão sobre as contas do governo — com o Banco Central tendo deixado de comprar e vender dólar no mercado —, manteve-se até agora a intenção primordial da equipe econômica de que a emissão de dinheiro se dê apenas para cobrir a remonetização da economia, como é conhecida a procura maior por papel moeda por parte do público e o aumento dos depósitos à vista nos bancos.

Aumentos de despesas do governo com salários de funcionários públicos, no entanto, não estavam nas previsões da equipe econômica. “A receita terá que ser encontrada”, disse Fritsch.

■ **Dívida interna** — O estoque da dívida mobiliária interna fora do Banco Central evoluiu de aproximadamente R\$ 59 bilhões em 30 de junho para R\$ 54,9 bilhões em 10 de julho. Este ritmo de queda, porém, não será tão acentuado daqui para frente, tendo sido o resultado do aumento inicial da demanda por papel-moeda e aumento dos depósitos à vista nos bancos. As pessoas trocam o dinheiro aplicado — que representam dívida em papéis do Tesouro ao público — por moeda, um efeito inicial comum em planos de estabilização, conforme lembrou o presidente do BNDES, Persio Arida.

■ **Conforto fiscal** — A situação favorável verificada em maio, com superávit primário de R\$ 1 bilhão, deve ter se mantido pelo menos até o dia 10 de julho, argumentou o secretário de Política Econômica, Winston Fritsch, já que no BC não foi sentida pressão negativa. Os dados acumulados de janeiro a maio deste ano, divulgados ontem, mostram uma receita total de R\$ 10,3 bilhões (R\$ 7,7 bilhões do Tesouro e R\$ 2,6 bilhões do INSS). Com receita líquida de R\$ 8,8 bilhões e despesas de R\$ 7,8 bilhões, o superávit primário acumulado nesses meses teria sido de R\$ 1 bilhão. Houve um déficit operacional — no conceito que contabiliza, entre outras, a despesa com pagamento de juros, que teriam sido de R\$ 1 bilhão —, segundo Fritsch, ou quase 0,1% do PIB.

OS PRINCIPAIS PONTOS



Fritsch (E) acha a situação fiscal confortável, e Arida não vê espaço para repasse dos aumentos de custo



Arquivo

■ **Base monetária** — O ponto de partida para a fixação da meta trimestral de expansão da base monetária são os R\$ 3,5 bilhões (média diária) de 30 de junho. A partir daí, a base pode se expandir, até 30 de setembro, até o teto de R\$ 7,5 bilhões. O BC ainda está com dificuldades para medir a evolução dos depósitos à vista e, portanto, a emissão de moeda que foi feita nos primeiros dias do real. Dos 214 bancos que apresentam suas posições de exigível de compulsório, 110 ainda estavam com seus dados imprecisos. A estimativa de Moura

é de que o total de depósitos à vista tenha ficado em R\$ 2,26 bilhões em 12 de julho.

■ **Repasse de aumentos salariais** — As empresas que estão concedendo aumentos reais de salários não terão como repassá-los para os preços. “No atual regime monetário, fiscal e cambial, a prática generalizada de repasses de aumentos de custos aos preços pelas empresas não encontrará demanda”, disse Arida. “Um primeiro efeito do aperto fiscal e monetário nos dois meses que antecederam o real foi a queda das vendas.”

■ **Setor agrícola** — A equipe econômica deverá anunciar nas próximas semanas algumas novidades importantes: entre elas, um plano de safra, um pacote de novas regras de financiamento do setor agrícola para a safra 1994/95, que deverá estar pronto em agosto. Obedecendo aos condicionamentos impostos pelas metas restritivas de emissão de dinheiro, o governo tentará refazer a política de garantia de preços mínimos, favorecendo as culturas de alimentos e os pequenos produtores.